COOPERATIVAS E EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS: TRABALHO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Nilson Tadashi Oda

Da subseção Dieese do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da Unisol-Brasil

No âmbito da chamada economia solidária,[1] as empresas autogestionárias e as cooperativas constituídas por meio do processo de reconversão de empresas em crise ou falidas ganham, a cada dia, maior importância.

A retomada das atividades produtivas possibilita, de forma direta, na sua totalidade ou parcialmente, a recuperação dos postos de trabalho, a manutenção das instalações, máquinas e equipamentos, a geração de renda, o pagamento de impostos e tributos, entre outros, sobrepondo-se positivamente ao cenário comum das "fábricas fantasmas" que vão se deteriorando com o tempo, ou são dilapidadas pela subtração ou destruição de seus bens. Entretanto, esse processo, apesar de seus resultados econômicos e sociais, comprovados em várias experiências nacionais e internacionais, enfrenta inúmeras dificuldades no país.

De um lado, a transposição do modelo clássico de organização e gestão do trabalho, fortemente calcado na hierarquia, torna-se um entrave a ser superado na busca de uma efetiva participação dos trabalhadores, de acordo com os princípios históricos e ideológicos do cooperativismo.

Além disso, na maioria dos casos, os "profissionais" da administração e da gerência dessas empresas em crise, normalmente, não se integram ao processo de constituição das cooperativas, pois isso "equivale a renunciar a poder, *status* e privilégios"[2] [Singer (2002)], colocando aos trabalhadores a necessidade de se capacitarem para compreender, gerenciar e realizar o conjunto de atividades necessário ao cumprimento da relação produto, processo e mercado. Não obstante, vale destacar que diversas cooperativas autogestionárias, oriundas de empresas em crise, já atingiram o necessário patamar competitivo em termos de custos e qualidade — inclusive com a obtenção de certificados ISO 9000.

Em termos estratégicos, a constituição de cadeias produtivas ou complexos cooperativos possibilita o desenvolvimento local e a integração de diferentes segmentos econômicos e sociais.

A partir da experiência do Fórum Social Mundial de 2005, que teve parte de suas sacolas confeccionada por cooperativas, pode-se constituir uma cadeia produtiva voltada ao algodão orgânico, envolvendo agricultores, cooperativas de manufatura de fios, tecidos e de

1. Em outros países, a exemplo da Espanha, utiliza-se o termo economia social. Admite-se, com isso, que a economia gerada e administrada pelos trabalhadores se insere na economia de mercado, diferenciando-se pela forma como são destinados os ganhos, pelas relações de trabalho praticadas, por seus objetivos sociais e pela solidariedade entre as empresas e os trabalhadores que participam dessa forma de economia.

2. Singer, Paul Israel. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Sousa Santos, Boaventura de (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* São Paulo: Civilização Brasileira, p. 81-129, 2002.

confecção. Essa cadeia produtiva deverá ainda envolver o trabalho de estilistas e *designers*, visando à elaboração de coleções para os mercados de tendências da moda. Além desta, o reaproveitamento de resíduos por meio da reciclagem, associado ao desenvolvimento de novos produtos, pode dar maior agregação de valor, gerando ganhos adicionais e benefícios ao meio ambiente.[3]

Todavia, a capacitação dos sócios-trabalhadores e das próprias cooperativas, a articulação dos elos dessas cadeias produtivas e com a sociedade, assim como a busca de seus interesses legítimos, requerem os devidos instrumentos de organização. É nessa perspectiva que algumas entidades têm sido criadas no país ao longo dos últimos anos.

A Unisol-Brasil, constituída e dirigida por representantes dos próprios empreendimentos solidários e cooperativas, tem como objetivo central representar e desenvolver ações em prol de suas filiadas, de forma democrática e participativa. Das 107 cooperativas filiadas até o momento, cerca de 50% foram criadas a partir de empresas em crise ou falidas, o que tem possibilitado importante acúmulo de experiência na constituição, acompanhamento e busca de soluções para a consolidação dessas cooperativas.

No âmbito do programa Ação de Apoio a Empresas Recuperadas, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), foram firmados convênios com a Unisol-Brasil e com a Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) visando à constituição de novas, bem como à consolidação das cooperativas e empresas autogestionárias já existentes. Esse programa, de caráter inédito e arrojado, deve se somar à busca de outras ações para que se coloque a economia solidária como uma alternativa de geração de trabalho, renda e desenvolvimento social de fato.

Estabelecer uma legislação específica para as cooperativas de produção e de serviços, de acordo com suas especificidades e necessidades; facilitar a formação de capital inicial, a partir da utilização dos "direitos trabalhistas" e da seguridade social; definir e criar linhas específicas de fomento e investimentos na adequação, melhora da tecnologia ou para o desenvolvimento de novos produtos, bem como para a aquisição da "massa falida"; possibilitar e incentivar formas de comercialização dos produtos e serviços entre e extra-cooperativas e pelos poderes públicos; e estimular as organizações de cooperativas, entre outras, são medidas adotadas em diversos países onde a economia solidária cumpre importante papel na geração e no crescimento de seus respectivos Produtos Internos Brutos (PIBs).

Nesse sentido, torna-se necessário, se de fato houver intenções concretas de tornar a economia solidária brasileira uma alternativa de inclusão econômica e social, e para uma participação ativa do desenvolvimento do país, que se criem as condições necessárias para que as cooperativas e empresas autogestionárias se fortaleçam, gerem riquezas e distribuam os ganhos de forma justa, tornando realidade o sentido da solidariedade e de desenvolvimento econômico e social, por meio do trabalho e da participação.

---

3. A partir de cooperativas filiadas à União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol-Brasil), uma alternativa começa a tomar corpo em torno da geração do biodiesel. Integrando a Cooperativa de Reciclagem Cidade Limpa (Cooperlimpa), que coletará a matéria-prima em casas ou em cozinhas industriais, a Remoldela pode processar o biodiesel que, por sua vez, poderá ser utilizado pela Uniferco como combustível para a fundição de alumínio na manufatura de seus produtos. Além do custo compatível, o biodiesel apresenta uma queima mais eficaz e menor geração de resíduos da combustão.